



Conselho Indigenista Missionário

Plano Pastoral

Brasília, abril de 2009



Conselho Indigenista Missionário

PRESIDENTE

Dom Erwin Kräutler

VICE-PRESIDENTE

Roberto Antonio Liebgott

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Eden Pereira Magalhães

SECRETÁRIOS ADJUNTOS

Saulo Ferreira Feitosa

Cleber César Buzatto

Plano pastoral aprovado na XVI Assembléia Geral do Cimi
com assessoria teológica de
Paulo Suess

Capa: Mural da Capela do Centro de Formação Vicente Cañas.
Autoria de Isabel Ramos (Brasília, junho/2005).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9

Capítulo 1

CONTEXTUALIZAÇÃO (n. 1-47)	13
1.1. A sociedade e o Estado	13
1.2. Demanda eclesial	16
1.3. A resposta	17
1.4. Prioridades e linhas de ação	20
1.4.1. Terra	20
1.4.2. Formação	20
1.4.3. Movimento indígena	21
1.4.4. Alianças	21
1.4.5. Políticas públicas	22
1.4.6. Auto-sustentação	23

Capítulo 2

OBJETIVOS (n. 48-60)	25
2.1. Objetivo geral	25
2.2. Objetivos específicos	26

Capítulo 3

FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS (n. 61-80)	30
3.1. Origem e finalidade da missão	30
3.2. Povo da Aliança	31
3.3. Igreja Povo de Deus	33

Capítulo 4

DESDOBRAMENTOS PASTORAIS (n. 81-114)	40
4.1. Testemunho	40
4.2. Diaconia	41
4.3. Diálogo inter-religioso e ecumênico.....	43
4.4. Anúncio	45

Capítulo 5

MEDIAÇÕES (n. 115-133).....	50
5.1. Metodologia	50
5.2. Meios	50
5.3. Formação.....	51
5.4. Articulação e alianças	52

CONCLUSÃO (n. 134-140)

Caminhar no Espírito, na fé e na esperança.....	55
---	----

Siglas e abreviaturas	58
-----------------------------	----

Bibliografia referencial	59
--------------------------------	----

PREFÁCIO

Passaram-se três anos desde a primeira edição do “Plano Pastoral” do Cimi que foi construído com a experiência de mais de 30 anos de presença e luta junto aos povos indígenas. Nestes três anos, a situação dos povos indígenas não mudou substancialmente. Agravou-se, de certa maneira, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas energéticos norteados por um modelo de desenvolvimento que está causando grandes impactos sobre os territórios e a vida dos povos indígenas (monocultura, latifúndio, usinas hidroelétricas, criminalização de lideranças). Dentro dos limites da nossa ação pastoral, procuramos responder aos novos desafios.

Essa segunda edição do “Plano Pastoral” é praticamente a reedição do primeiro. Corrigimos alguns erros de impressão e acrescentamos algumas referências do “Documento de Aparecida” (DA) que amparam nossa prática pastoral e visão teológica.

Quero dedicar esta segunda edição do “Plano Pastoral” do Cimi ao meu antecessor como presidente do Cimi, Dom Franco Masserdotti, que no dia 17 de setembro 2006 morreu prematuramente num acidente de trânsito. Ele, que era um missionário apaixonado por todas as causas do Reino, forjou com sua amabilidade insistente, a realização do projeto desse plano pastoral. Ao lembrar o Reino e zelar pela vida, assumimos novamente a causa indígena que nos envolve em presença despojada, denúncia profética e anúncio da Boa Nova. Assumimos novamente a nossa missão, marcada pela cruz e a esperança da ressurreição.

Brasília, 12 de abril 2009.

Abril indígena e Páscoa do Senhor

Dom Erwin Kräutler

Presidente do Cimi

APRESENTAÇÃO

O Plano Pastoral que aqui se apresenta nasceu da necessidade de o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) dar e aprofundar a razão de sua esperança (cf. 1Pd 3,15), contida em seu trabalho pastoral com os povos indígenas. O Cimi procura prestar conta dessa esperança, de forma articulada, para si mesmo, para a Igreja do Brasil e de outros países, e também para um público não diretamente ligado às Igrejas, que acompanha esse trabalho com simpatia e solidariedade.

A Assembléia Geral do Cimi, de 2003, se fez porta-voz dessa necessidade, sugerindo a construção de um Plano Pastoral que pode cumprir esse papel. Trata-se de um texto elaborado com a participação das bases missionárias e aprovado pela Assembléia Geral do Cimi, de 2005¹. Esse Plano Pastoral que vai balizar o trabalho da entidade poderá sofrer mudanças de acordo com a caminhada histórica dos povos indígenas e com os sempre novos desafios que essa caminhada apresenta à pastoral da Igreja.

1 Trata-se da XVI Assembléia Geral do Cimi, realizada de 25 a 29 de julho de 2005 no Centro de Formação Vicente Canhas, Luziânia (GO).

Os Regionais do Cimi são convocados agora a respaldar esse Plano dentro de seu contexto e em diálogo com a Igreja local, orientando assim seu programa de trabalho pastoral em sintonia com a Igreja local, a causa indígena e a caminhada histórica do Cimi. O Plano Pastoral vai, certamente, ser socializado nos programas dos Cursos de Formação Básica e nos encontros formativos do Cimi. Os programas de trabalho dos Regionais e do Secretariado Nacional deverão ter por base este Plano Pastoral.

Que Deus ilumine e abençoe a caminhada do Cimi a serviço do Reino!

Dom Franco Masserdotti
Presidente do Cimi (1999-2006)

INTRODUÇÃO

Este “Plano Pastoral do Cimi” é colheita e horizonte. Representa a colheita de muitos anos de trabalho missionário realizado com os povos indígenas, como representa também um horizonte que poderá nortear o dia-a-dia dos missionários e das missionárias. No Documento Final de sua 15ª Assembléia Geral, de 2003, o Cimi assumiu a tarefa de construir um Plano Pastoral “que explicita a natureza e o papel” da entidade e “seus objetivos, linhas de ação, metas, pressupostos, metodologia, mecanismos de avaliação, como um referencial para a sua prática missionária com os povos indígenas e com a sociedade não-índia”. Até agora, o planejamento pastoral do Cimi encontrou sua expressão nos “Documentos Finais” ou nas “Linha de Ação” de suas Assembléias nacionais e regionais, que testemunham o zelo institucional da entidade para oferecer orientações precisas e contextualizadas. Passados mais de 30 anos de labor pastoral do Cimi, está na hora de colher orientações mais duradouras, transversais e suficientemente abertas para que possam, inclusive, servir às futuras assembléias como marco de orientação.

Parte dessa tarefa de construir um Plano Pastoral, a definição da “natureza e dos fins” da entidade, por exemplo, já foi cumprida pelo “Estatuto do Conselho Indigenista Missionário – Cimi”, aprovado pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Decreto nº 08/2004, de 25 de junho de 2004).

O trabalho pastoral do Cimi está sendo desenvolvido no interior de Igrejas locais, com rostos, às vezes, tão diferentes quanto os dos próprios povos indígenas. Os fundamentos teológicos que norteiam este “Plano Pastoral do Cimi” procuram respeitar as diferenças eclesiológico-pastorais locais e querem, ao mesmo tempo, contribuir para a “unidade no Espírito Santo” de *uma* pastoral indigenista em prol dos povos indígenas. Com esse intuito, o Cimi assumiu a tarefa de sua 15ª Assembléia Geral num mutirão articulado com as suas bases missionárias.

O “Plano Pastoral do Cimi” é constituído por cinco capítulos, uma Introdução e uma Conclusão:

No primeiro capítulo, na contextualização, procurou-se caracterizar os grandes eixos da nossa sociedade, e a “demanda eclesial”, na época pós-conciliar, por mudanças no trabalho missionário. O Cimi, inserido nesse novo contexto, operacionalizou essa demanda definindo as suas prioridades e linhas de ação.

No segundo capítulo, que trata do objetivo geral e dos objetivos específicos, procurou-se delinear o horizonte de uma sociedade alternativa da qual os povos indígenas fazem parte como atores e construtores.

No terceiro capítulo, nos fundamentos teológicos da ação evangelizadora do Cimi, partiu-se da vocação de todos os cristãos, que tem a sua origem no batismo e no envio de Jesus Cristo como missionário de Deus. Todos os batizados fazem parte do Povo da Nova Aliança que foi enviado por Jesus para transformar “o que se encontra marcado pelo pecado” (DSD 13b). O mundo novo será um mundo para todos e todas, um mundo sem privilégios. A condição desse mundo novo é a igualdade, o reconhecimento da alteridade e a participação de todos e todas. A igualdade social é o pressuposto para o reconhecimento da diferença cultural.

No quarto capítulo, nos desdobramentos pastorais das opções teológicas fundamentais, procurou-se mostrar os diferentes caminhos dessa pastoral que perpassam o testemunho, a diaconia, o diálogo inter-religioso e ecumênico, e o anúncio. Tudo que sustenta a palavra e o corpo da esperança que se fez carne no Verbo Encarnado, num mundo em desespero, é um desdobramento do Evangelho da Graça.

No quinto capítulo, nas mediações, procurou-se desenhar a articulação entre meios e conteúdos. Os métodos e os meios, a formação e as alianças apontam, em seu conjunto, para a utopia do Cimi, que é o Reino de Deus, historicamente vivido numa sociedade plenamente democrática, igualitária e plural. Mas as mediações não só apontam para essa utopia, elas já procuram antecipá-la na vida cotidiana. Por isso, no Cimi haverá sempre um zelo particular pela simetria entre estrutura organizacional, escolha dos meios, pedagogia e conteúdos de formação e objetivos da entidade.

As Conclusões falam do caminhar no Espírito com razões de fé e esperança. Esse “Plano Pastoral do Cimi” contém não só diretrizes racionais de ação e operacionalização, mas também algo do coração e da emoção dos missionários e das missionárias, da mística missionária militante, da fé que se multiplica no meio dos desacreditados, da esperança vivida, muitas vezes, em situações de desespero, e do amor aos povos indígenas e no meio deles, muitas vezes desprezados porque vivem de costas para o projeto hegemônico em curso. Neste tempo pós-Aparecida nos alegamos profundamente porque o fio condutor da pastoral do Cimi, que é uma pastoral específica, integral, contextual e universal, foi confirmado: “Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas as suas necessidades concretas, para que todos alcancem a plenitude que Jesus Cristo oferece” (DA 176).

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. O Plano Pastoral do Cimi está histórica, sociocultural, política e eclesialmente situado. Ao estar atento aos desafios e às demandas da causa indígena, procura responder aos sinais de Deus no aqui e agora.

1.1. A sociedade e o Estado

2. A sociedade brasileira nasceu sob a égide da violência contra os povos indígenas e da superexploração dos trabalhadores. As guerras de extermínio, as bandeiras, a escravização dos índios, a busca incessante de subjugar e integrar constituíram uma ideologia marcadamente colonialista e etnocida; o trabalho escravo imposto aos negros, a tortura imposta como método disciplinador, a desvalorização do trabalho manual, a ausência de direitos para aqueles que realmente produzem a riqueza constituíram relações de classe explicitamente brutais e excludentes.

3. Com essas características de uma sociedade de classes e sem espaço para a alteridade dos povos indígenas, chegamos ao século XX e ao período da ditadura militar, que silenciou as organizações de classe dos trabalhadores e previu a “solução final” da integração assimilacionista para os povos indígenas.

4. Hoje, o neoliberalismo, com seu ideário de apologia do mercado e do indivíduo acumulador, da competição exacerbada como regra da convivência social e da mercantilização total da vida e da natureza, fez da sociedade brasileira uma das sociedades

mais desiguais do mundo. O modelo de concentração tem seus reflexos no sistema fundiário, nos meios de comunicação e no acesso aos bens produzidos pela sociedade.

5. Os povos indígenas continuam ameaçados em sua existência física e espiritual; em seus modos de vida; em suas identidades; em sua diversidade; em seus territórios e projetos de vida. O modelo de desenvolvimento regido pelas leis do mercado capitalista neoliberal, que tem no agronegócio uma de suas bases de sustentação, produz contra esses povos uma violência estrutural, que atinge permanentemente suas formas próprias de viver em sociedade.

6. Os eixos fundamentais do agronegócio, o latifúndio, as técnicas dispendiosas que geram desemprego, a monocultura, a produção voltada para o mercado externo e a devastação da natureza, atentam contra a concepção de vida dos povos indígenas. Ela se expressa no uso coletivo e no aproveitamento dos diferentes produtos da terra, na utilização de técnicas de domínio de todos, nas relações de reciprocidade e de respeito com a natureza, povoada por seres que dão significado à existência humana.

7. Povos indígenas que têm seus territórios cortados pelas fronteiras do Brasil com outros países são submetidos a políticas governamentais orientadas por lógicas e dispositivos legais distintos, que criam divisões estruturais.

8. Os indígenas são considerados por setores das elites como obstáculos ao desenvolvimento, uma ameaça à soberania dos estados nacionais e um fator de distúrbio para a paz. As conseqüências mais visíveis dessa visão preconceituosa são a negação de seus direitos, a redução e a militarização de suas terras nas regiões de fronteira.

9. Muitas comunidades indígenas se encontram fora de suas terras, têm suas terras invadidas e degradadas ou estão com terras insuficientes para a sua reprodução física e cultural. Pendências judiciais e a morosidade do governo federal em

proceder à demarcação administrativa e à regularização fundiária dessas terras são fatores decisivos para a persistência dessa situação calamitosa.

10. Grandes projetos governamentais ou privados são planejados e implantados segundo a lógica desenvolvimentista baseada no grande capital com a conivência do Estado, ferindo os direitos fundamentais dos povos indígenas assegurados na Constituição Federal, de 1988, para a exploração dos recursos hídricos, minerais e madeireiros no interior das terras indígenas. Da mesma forma, instalações militares e sobreposição de Unidades de Conservação criam grandes problemas para as comunidades indígenas.

11. O processo histórico de violência, dominação e expropriação de terras, a intolerância e o incentivo ao preconceito e à discriminação levaram muitos povos indígenas a ocultar suas identidades étnicas, como foi o caso dos povos indígenas “resistentes”, hoje em luta pelo reconhecimento étnico e territorial. Esses fatores provocaram e continuam provocando a migração de populações indígenas para centros urbanos onde são relegadas às periferias. Lá, em muitos casos, lhes é negada a sua identidade não só pela população envolvente, como também por órgãos governamentais, que dessa forma tentam se eximir de sua responsabilidade quanto à garantia de seus direitos.

12. Na Amazônia, o avanço do agronegócio, estimulado por recursos públicos, produz um desmatamento descontrolado. Em consequência disso, diversos povos indígenas “livres”, mais conhecidos como povos isolados, se tornaram vítimas de crimes, inclusive de crimes de genocídio, sobretudo nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Maranhão, Acre e Pará.

13. As políticas governamentais em níveis federal, estadual e municipal desarticuladas entre si, que assumem no discurso a importância da atenção específica e diferenciada, continuam impondo modelos não indígenas à educação, saúde, e à economia.

14. Persistem situações em que povos indígenas sofrem, por parte de grupos fundamentalistas, investidas religiosas com a intenção de destruir suas tradições e substituí-las por ideologias de interesses antiindígenas, a serviço do grande capital.

1.2. Demanda eclesial

15. O Cimi nasce durante a ditadura militar, numa década de violência institucionalizada em que a causa indígena, com sua repercussão internacional, serve como um núcleo de contestação para setores da sociedade civil descontentes com a política dos militares e sua ideologia desenvolvimentista em curso. O Cimi surge como uma entidade articuladora de missionários e missionárias que fazem uma autocrítica da pastoral indigenista até então realizada.

16. Em 1969, aparecem no exterior notícias sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos de índios torturados. Um ano mais tarde, vem ao País uma comissão da Cruz Vermelha para investigar os casos mencionados. A “pacificação” dos Cinta-Larga ocupa, desde 1969, as manchetes dos jornais. O plano da “Operação Amazonas”, de 1966, é substituído pelo famoso “Plano de Integração Nacional”, de 1970. A construção das rodovias BR 230 (Transamazônica), 174 (Manaus-Boa Vista), 163 (Cuiabá-Santarém), 364 (Cuiabá-Porto Velho) e 210 (Perimetral Norte) projeta suas sombras sobre dezenas de povos indígenas na Amazônia. As notícias sobre massacres indígenas e sobre o grande número de índios mortos por doenças tornam-se cada vez mais freqüentes. O órgão da política indigenista do Estado, a Fundação Nacional do Índio (Funai), dirigida por coronéis e generais, tem a incumbência de garantir que os índios não representem um suposto obstáculo à política desenvolvimentista.

17. Nesse contexto também repercutem fortemente as denúncias feitas por antropólogos, num encontro em Barbados (1971), sobre o caráter etnocêntrico do trabalho missionário e sua relação hostil com as culturas indígenas. Em virtude de

sua análise, os antropólogos exigem um ecumenismo prático, pondo fim à disputa entre confissões e agências religiosas pelas almas dos indígenas que produz divisões internas entre os povos. Os delegados de Barbados propõem uma série de medidas, hoje amplamente respaldadas na prática pastoral, como o protagonismo dos povos indígenas na definição de seu destino, a autonomia, a organização indígena pan-americana e alianças com grupos oprimidos, e o reconhecimento do projeto indígena como uma das muitas “vias alternativas aos caminhos já transitados pela sociedade nacional”.

18. Diante dessa realidade e à luz do Concílio Vaticano II e da Conferência do Episcopado Latino Americano de Medellín, de 1968, cresce, entre os missionários e as missionárias, a consciência da necessidade de uma ação pastoral articulada e decidida em defesa da vida física e cultural dos povos indígenas. Assim, no “Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista”, de abril de 1972, convocado pela CNBB, para analisar as denúncias de genocídio e de dominação religiosa dos índios e elaborar um parecer sobre o Estatuto do Índio em tramitação no Congresso Nacional, nasce o Conselho Indigenista Missionário - Cimi.

1.3. A resposta

19. A posição pastoral e política do Cimi vai se definindo, na medida em que se toma consciência das verdadeiras intenções da política indigenista do governo: integrar os povos indígenas à sociedade nacional e, em consequência disso, destruir a sua alteridade no “vale comum dos pobres”, claramente denunciadas no documento *Y Juca Pirama – O índio aquele que deve morrer* (1973). Essa integração dispensaria a demarcação das terras dos índios e a sua proteção específica.

20. Num primeiro momento, o Cimi faz um levantamento da realidade dos povos indígenas em âmbito nacional e define a sua pastoral como *específica*, visando, no interior da sociedade nacional, a construção de um futuro próprio para os povos indígenas. A pastoral específica é a chave para defender a

alteridade cultural dos povos indígenas no interior da comunidade eclesial.

21. Cedo, o Cimi entende que o eixo central da pastoral indigenista é a luta pela demarcação e garantia dos territórios dos povos indígenas. A questão da terra toca num ponto nevrálgico do sistema capitalista, na sua estrutura fundiária. Por isso, a pastoral do Cimi está e estará sempre envolvida em conflitos. Ao procurar ler os sinais de Deus no tempo, denuncia as manobras do anti-reino. A nova pastoral indigenista torna-se uma pastoral profética que acompanha os povos indígenas nas horas de luta.

22. A opção dos missionários e missionárias articulados pelo Cimi, que assumem a causa indígena em todo país, e se colocam decididamente a serviço da vida e dos direitos desses povos, contraria poderosos interesses, que reagem com violência. Em consequência, a história do Cimi é marcada pelos mártires, desde o seu início. Em 15 de julho de 1976, o padre Rodolfo Lunkenbein, missionário salesiano entre os Bororo e, desde 1973, conselheiro do Cimi, cai ao lado de Simão Bororo no pátio da aldeia de Meruri. João Bosco Burnier, missionário jesuíta que atuou junto aos Bakairi, é morto, em 11 de outubro de 1976, na delegacia de Ribeirão Bonito (MT), onde socorria mulheres torturadas pela polícia.

23. Em 26 de dezembro de 1979, Ângelo Pereira Xavier, cacique Pankararé de Brejo do Burgo, no norte da Bahia, é assassinado. Em 29 de janeiro de 1980, Ângelo Kretã, líder kaingang de Mangueirinha (PR), é emboscado, depois de ter recebido ameaças de morte. No dia 25 de novembro de 1983, é assassinado o líder guarani, Marçal Tupã-y, na farmácia da aldeia de Campestre (MS).

24. Em 28 de abril de 1985, é assassinada a coordenadora do sub-regional Purus do Cimi Norte I, irmã Cleusa Rody Coelho, missionária da comunidade das Agostinianas Recoletas de Lábrea (AM). Junto com ela são assassinados os índios Apurinã Maria e Arnaldo. Em abril de 1987, é assassinado Vicente Cañas, irmão jesuíta, missionário junto aos Enawenê-Nawê.

25. No dia 28 de março de 1988, em operação planejada e de extrema brutalidade, 14 índios Tikuna, no Alto Rio Solimões (AM), são assassinados. Em 20 de maio de 1998, Chicão, cacique do povo xukuru, é assassinado por pistoleiros numa emboscada no município de Pesqueira (PE).

26. A invasão garimpeira do território yanomami em Roraima vitimou, entre 1987 e 1993, mais de 1.500 índios, entre eles os assassinados em julho de 1993, no conhecido massacre do Haximu.

27. Uma listagem mais completa dos líderes indígenas assassinados pode ser acompanhada pelos relatórios de violência publicados pelo Cimi. Outros índios e missionários vinculados à nova pastoral indigenista, bispos e leigos sofrem ameaças, expulsões e atentados.

28. A luta indígena, em última instância, só pode ser travada pelos próprios povos indígenas. Para fortalecer seu protagonismo, o Cimi incentiva, desde 1974, em Diamantino (MT), a organização de assembleias de líderes indígenas. A ampla articulação indígena iniciada nesse contexto anima as lutas de norte a sul do País. A causa indígena passa a ganhar visibilidade junto à sociedade brasileira. Aparecida nos confirma nessa caminhada ao declarar: “Comprometemo-nos também a criar consciência na sociedade a respeito da realidade indígena e seus valores, através dos meios de comunicação social e outros espaços de opinião” (DA 530).

29. Como uma ferramenta de luta própria, são criadas as organizações indígenas. Com a mobilização indígena, em 1988, são obtidas conquistas constitucionais importantes, que modificam radicalmente as bases institucionais da relação do Estado com os povos indígenas.

30. Todo esse processo organizativo dá consistência às lutas dos povos indígenas em todo o país pela retomada de suas terras, com resultados significativos. Apesar de todos os desafios que permanecem, a população indígena volta a crescer

significativamente. Muitos povos reassumem suas identidades étnicas, e a posse indígena sobre muitas terras é consolidada. A Marcha Indígena, realizada no ano 2000, representa um marco histórico do protagonismo do movimento indígena em sua capacidade de organização e mobilização.

1.4. Prioridades e linhas de ação

31. As Assembléias Gerais do Cimi determinaram suas prioridades e linhas de ação ao longo de sua história.

1.4.1. Terra

32. A terra é considerada fonte de vida, direito inalienável dos povos indígenas e elemento aglutinador de suas lutas e do próprio trabalho do Cimi.

33. A luta pela terra é estratégica e está ancorada na cosmovisão indígena, na qual terra e água, mundo natural e mítico estão profundamente articulados. Apoiar essa luta dos povos indígenas exige repensar as bases da sociedade capitalista, colocando em evidência diferentes projetos e visões de mundo.

34. Por isso, O Cimi assume o apoio decidido e irrestrito às diferentes formas de luta e iniciativas dos povos indígenas pela reconquista e garantia de seus espaços territoriais tais como retomada, autodemarcação, desintrusão e revisão dos territórios. Posiciona-se firmemente contra os projetos desenvolvimentistas de morte, que afrontam os direitos indígenas e desrespeitam a dimensão sagrada das relações estabelecidas com a terra-mãe.

1.4.2. Formação

35. A formação dos missionários e missionárias e também das comunidades e lideranças indígenas é uma atividade constitutiva do trabalho do Cimi.

36. Entendida como um processo permanente, a formação proposta pelo Cimi tem como base o protagonismo indígena, o diálogo respeitoso, a experiência e a realidade, os mecanismos próprios e a pedagogia de cada povo. Esses processos se organizam de forma sistemática, contínua, global, qualificada, abrangendo os povos, comunidades indígenas, lideranças, movimentos, índios na cidade, assegurando sempre a participação indígena na sua formulação, implementação e avaliação.

37. A formação voltada para os missionários e missionárias visa seu crescimento na fé através da compreensão ampla das lutas indígenas e de seu protagonismo. Ela está baseada na mística do compromisso com a causa indígena que emana da convicção da fé cristã em um Deus da Vida, fonte de esperança, que impulsiona a caminhada. A convivência com as comunidades, os encontros, as reuniões, as assembleias, as mobilizações são compreendidas como espaços prioritários de formação, de socialização das experiências e de definição de estratégias de ação.

1.4.3. Movimento indígena

38. O movimento indígena é constituído por todos os espaços e formas de luta que os povos e comunidades vão definindo coletivamente para assegurar seus direitos.

39. O Cimi reafirma seu apoio aos processos organizativos, movimentos de resistência e articulação dos povos indígenas, em todos os âmbitos, para afirmação de seus direitos, como manifestações de protagonismo: “Como discípulos e missionários a serviço da vida, acompanhamos os povos indígenas e originários no fortalecimento de suas identidades e organizações próprias (...) e na defesa de seus direitos” (DA 530).

1.4.4. Alianças

40. A ampliação das articulações e alianças tornou-se um instrumento de enfrentamento do sistema de dominação

capitalista, na medida em que os setores populares, os excluídos, os povos indígenas foram se dando conta da importância de somar forças para a construção de um projeto nacional alternativo e de um futuro construído em outras bases.

41. O Cimi assume como compromisso a tarefa de potencializar – como aliança primeira e maior – a própria articulação dos povos indígenas no Brasil e no continente como pressuposto das alianças externas. Assume também o papel de facilitador de articulações e alianças dos povos indígenas com o movimento popular.

42. Internamente e em relação a outras igrejas, o Cimi investe na articulação ecumênica da pastoral indigenista, no Brasil e na América Latina, com o objetivo da missão libertadora e inculturada.

1.4.5. Políticas públicas

43. No entendimento do Cimi, as políticas públicas são ações implementadas pelo Estado com relação a demandas da sociedade. A ação do Cimi em relação às políticas públicas é crítica e propositiva, o que implica conhecer e compreender essas políticas, analisar suas implicações, propor mudanças, articulando forças para viabilizar a garantia dos direitos indígenas sem restrições.

44. O Cimi atua na defesa dos direitos indígenas e, como parte desse compromisso, assume o desafio de intervir na elaboração e fiscalização das políticas do Estado brasileiro com relação aos povos indígenas nos diversos campos.

45. Compreender o projeto que embasa as políticas específicas em educação, saúde, auto-sustentação em cada tempo histórico é fundamental para, junto com os povos indígenas e outros setores da sociedade, construir um projeto alternativo, ancorado em aspirações, necessidades, pontos de vista e propostas que vêm das experiências populares e indígenas.

1.4.6. Auto-sustentação

46. Articulado à luta pela garantia da terra, o tema da auto-sustentação tem sido foco de atenção do Cimi, e esta reflexão se volta para as comunidades indígenas de maneira contextualizada e dinâmica. A preocupação central é assegurar as condições adequadas para que cada povo possa definir de maneira autônoma os caminhos e os meios para assegurar qualidade de vida.

47. A decisão acerca de iniciativas econômicas e sociais deve ser assegurada aos povos indígenas, sendo condição primeira a demarcação integral de seus territórios, com a retirada dos invasores e a recuperação de áreas degradadas. Têm sido considerados, na ação do Cimi, os diferentes cenários em relação a possibilidades de auto-sustentação: cenários emergenciais em situações de depredação do patrimônio (ausência de território, desnutrição, fome) e cenários onde o processo organizativo permite a construção de propostas viáveis.

OBJETIVOS

48. Para o Cimi, o objetivo geral que se desdobra e se operacionaliza em múltiplos objetivos específicos é a vida dos povos indígenas, prefigurado na proposta evangélica do Reino de Deus. Essa vida, sistemicamente ameaçada, põe o Cimi no centro de conflitos que moldaram a sua missão profética. Esse papel profético leva o Cimi não só a denunciar abusos do sistema capitalista em sua configuração neoliberal, mas o obriga a propor rupturas com esse sistema. O horizonte do Reino de Deus deslegitima parcerias com o sistema capitalista e estimula firmar alianças com os construtores de uma nova sociedade.

2.1. Objetivo geral

49. Na força do Espírito e no seguimento de Jesus Cristo, frente à violência do sistema capitalista neoliberal, o Cimi, em sua prática evangelizadora para com os povos indígenas, assume como objetivo geral:

Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo.

2.2. Objetivos específicos

50. Conviver com os povos indígenas nas suas comunidades, para a construção de relações de amizade e confiança, cultivando a prioridade do *ser* sobre o *ter*. Na comunhão do cotidiano com o sagrado, do individual com o coletivo; do específico com o geral, do local com o global; alimentando a esperança, o profetismo, a mística, e a militância.

51. Dialogar com as igrejas locais para que seja garantida, na pastoral de conjunto, uma linha inculturada e libertadora no acompanhamento dos povos indígenas.

52. Fortalecer os processos de autonomia dos povos indígenas, apoiando seus direitos originários e específicos à terra, território, identidade, sustentabilidade econômica, educação, saúde e suas formas próprias de organização.

53. Contribuir, de forma planejada, com os processos formativos dos Povos Indígenas, valorizando as diferenças étnico-culturais, os mecanismos próprios e a pedagogia de cada povo, para o desenvolvimento da consciência crítica e do protagonismo dos povos indígenas.

54. Incentivar a vivência dos valores tradicionais, da partilha e solidariedade em situações de conflito interno e entre os próprios povos indígenas.

55. Facilitar a construção de alianças entre os povos indígenas e outros povos, suas comunidades e organizações, indígenas e não-indígenas, desde o âmbito local ao continental e mesmo mundial, potencializando a articulação das lutas pela destruição das estruturas de injustiça e opressão e construção de relações de respeito e solidariedade.

56. Promover com os diversos meios de comunicação e outros espaços formadores de opinião, a sensibilização da sociedade não indígena para que esta conheça a realidade dos povos indígenas, supere o preconceito, respeite os seus direitos e defenda a sua causa (cf. DA 530).

57. Colaborar com o Conselho Episcopal Pastoral (Consep) da CNBB, com o Conselho Missionário Nacional (Comina), com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros organismos pastorais do Brasil e do Continente, na análise da realidade e na formulação das orientações missionárias.

58. Conceber, planejar e implementar a formação dos missionários e das missionárias como processo permanente, potencializando a mística e a militância para o alcance dos objetivos do Cimi.

59. Intervir nas práticas adotadas pelo Estado brasileiro, fiscalizando e denunciando atitudes antiindígenas e propondo políticas para a garantia dos direitos dos povos indígenas, para a integridade de suas comunidades e dos seus diferentes modos de ser.

60. Dedicar atenção especial à proteção da vida dos povos livres que permanecem sem contato com a sociedade nacional, aos povos em luta pelo reconhecimento étnico e territorial e às populações indígenas que vivem nas cidades.

FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS

61. As fontes teológico-pastorais que orientam o trabalho do Cimi e, concretamente, este Plano Pastoral são a Sagrada Escritura; o magistério universal da Igreja, que se encontra nos textos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e nas Encíclicas papais; e o magistério local da Igreja latino-americana, que se encontra nos documentos de Medellín (DM, 1968), de Puebla (DP, 1979), de Santo Domingo (DSD, 1992) e nos documentos da CNBB (DGAE, MMCL e.o.). Evangelização, missão, ecumenismo, diálogo inter-religioso e liberdade religiosa configuram, nesses documentos, um conjunto de programas e relações que no dia-a-dia do labor missionário são contextualizadas, vividas e discutidas.

62. O fio condutor dessa parte teológico-pastoral perpassa a compreensão da Igreja como Povo de Deus, cuja meta é o Reino de Deus (cf. LG 9b). Em função de sua origem em Deus e de sua meta, que é o Reino, esse Povo é por sua natureza peregrino e missionário (cf. AG 2a). A missão não é uma caminhada de indivíduos isolados, mas de um povo ao qual Deus se aliou para realizar seu projeto interrompido pelos poderes da morte. Israel - nosso ancestral na fé - é chamado "Povo da Antiga Aliança". A encarnação e o projeto de Jesus de Nazaré produziram uma ruptura em continuidade com esse Povo da Antiga Aliança. O Povo de Deus da Nova Aliança, a Igreja, é povo de todos os povos e culturas. A sua missão é a reconstrução do projeto original de Deus através da restauração do rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8c; DSD 13b). As razões de esperança desse Povo da Nova Aliança são o núcleo de

sua proposta missionária: a construção de um mundo novo “a caminho do Reino definitivo” (DGAE, 2003-2006, p. 5).

3.1. Origem e finalidade da missão

63. A missão da Igreja tem a sua origem na abertura de Deus Trindade que se concretizou, historicamente, na Criação, na Encarnação e na Redenção. Na teologia cristã, essa abertura é chamada “missão de Deus”. Missão é sinônimo de abertura. O Deus, na compreensão do cristianismo, é um Deus dinâmico, um Deus da interlocução, um Deus mobilizador. Tudo isso está em jogo quando, na base das Escrituras e da Tradição, os cristãos dizem que Deus é Uno e Trino, e que esse Deus é, essencialmente, Deus-Relação e que Ele é, existencial e historicamente, Deus-Missão.

64. Esse Deus Trino e Uno motiva seu povo a sair da escravidão. Ele caminha na sua frente ou no seu meio, pelo deserto, e faz alianças com o povo. É um Deus que se revela e se abre, se despoja, sofre e se doa. Eis as razões porque esse Deus é chamado nas Escrituras Deus-Amor.

65. Através do envio de Jesus Cristo e do Espírito Santo ao mundo, a “missão de Deus” adquiriu densidade, visibilidade e vulnerabilidade novas na história. A abertura da relação intratrinitária de Deus para a humanidade fragilizada “pelos poderes da morte” (DSD 13b) está na lógica do Deus-Amor, revelado por Jesus de Nazaré. A missão que vem de Deus-Amor procura levar a humanidade, definitivamente, de volta a este Deus-Amor e Seu Reino.

66. Jesus de Nazaré, o “enviado do Pai” (Jo 17,21), é o primeiro missionário. Ele foi enviado “para anunciar uma boa-nova aos pobres, a libertação aos presos e a recuperação da vista aos cegos” (Lc 4,18). A sua missão é o anúncio e a prática da boa-nova do Reino. Para, depois de sua morte e ressurreição, levar essa missão adiante, convocou o povo da Nova Aliança: “Como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo” (Jo 17,18).

67. Essa missão de anunciar a boa-nova do Reino é escatológica e histórica. Escatológica porque só será completa no fim dos tempos, e é histórica porque se realiza no aqui e agora dos contextos socioculturais mais diversos.

68. Todas as atividades pastorais do Cimi se inserem num rito de passagem pela história, que se torna rito de iniciação na vida nova oferecida como dom e graça de Deus. Por ser rito de iniciação histórica, precisa-se sempre contemplar de novo a palavra de Deus à luz da realidade vivida pelos povos indígenas, e ouvir a voz de Deus através dos sinais do tempo (cf. GS 11). Palavra e voz de Deus que se encarnaram no mundo, exigem sempre novas tentativas de encarnação, inculturação e contextualização históricas e pastorais.

69. Por causa da inserção histórica e sociocultural da missão, o Cimi assume diariamente os conflitos que vivem os povos indígenas e que apontam as transformações estruturais da sociedade hegemônica. A missão do Cimi, como missão do Reino, questiona o “culturalmente correto” da sociedade hegemônica diante das sociedades indígenas. A missão do Cimi é uma missão histórica, profética e escatológica.

3.2. Povo da Aliança

70. Na história da salvação, o Deus de Israel se revelou um Deus da Aliança. A crise profunda da Aliança entre Deus e Israel começa quando Israel já se encontra em Canaã, na Terra Prometida, onde se esquece da Aliança, perde a sua identidade e se adapta às demais nações. Luxo na corte de Salomão, ostentação no Templo, disputas pela sucessão e a exploração do povo produzem a divisão do território. Samaria, a capital do reino do Norte (Israel), será destruída em 721 a.C.; Jerusalém, a capital do reino do Sul (Judá), será destruída em 586 a.C. O povo do reino do Norte vai para o cativeiro na Assíria. Judá é deportado para o cativeiro babilônico. Judá, que está na sucessão de Davi, é portador da esperança messiânica ligada ao “trono de Davi” (Lc 1,32). Os profetas sustentam essa esperança, também no

exílio. Um resto de Judá retorna, depois de 40 anos, da Babilônia para Jerusalém.

71. O “pequeno Resto” (Is 10,20-22; 11,16), que são “os pobres da terra” (cf. Is 11,4) que voltam do cativeiro da Babilônia e aguardam a libertação de Jerusalém, lembra muitos povos indígenas voltando do cativeiro da colonização, da civilização e da globalização como “restos”. Para eles, não há lugar na hospedaria do mundo dos privilegiados.

72. Jesus de Nazaré enxerta ao “povo resto” as “nações” (cf. Rm 9,24-26). Ambos, o “resto de Israel” e as “nações convocadas” configuram o verdadeiro Israel, o povo da Nova Aliança. Na “plenitude do tempo” (Gl 4,4) nasceu do Povo-Resto o Messias como libertador, luz do mundo e “sinal de contradição” (Lc 2,24). Ungido pelo Espírito Santo anuncia uma boa-nova aos pobres (Lc 3,21; 4,18) e um “ano da graça do Senhor” para as necessidades materiais e espirituais dos pequenos. É consolo para os contritos de coração e redenção dos cativos; é restauração da vista dos cegos e libertação dos presos (Lc 4,14-21).

73. Os líderes de Israel rejeitam Jesus de Nazaré como Messias. Em consequência disso, Jesus rompe, não com Israel como tal, mas com o corporativismo do “povo eleito” e “privilegiado” da Antiga Aliança. O Reino, como projeto de Jesus, congrega novos destinatários e sujeitos. O Reino de Deus é o projeto para toda a humanidade.

74. Em vários momentos cruciais da vida de Jesus, os Evangelhos nos confrontam com essa questão dos sujeitos do projeto de Deus que é o Reino. Com quem realizar o projeto de Deus, se Israel é incapaz de reconhecer seu Messias, a quem esperava por tanto tempo?

75. Para dar continuidade à história da salvação, Jesus, o “Enviado do Pai” (cf. Jo 17,3.18.21.25), constrói um Novo Israel, cuja relevância salvífica é zelada numa Nova Aliança. Essa “Nova e Eterna Aliança” (cf. Hb 9,15; 13,20) é invocada e celebrada no rito fundamental do Povo de Deus, na celebração eucarística.

76. A Nova Aliança não tem mais por base promessas recíprocas entre Deus e a humanidade, mas a gratuidade unilateral de Deus, fiel até a morte na cruz. Deus é fiel também onde o povo da Nova Aliança anda por caminhos de infidelidade, esperando sempre o tempo de conversão. A encíclica do papa Bento XVI enfatiza particularmente esse amor primeiro de Deus, sua doação e gratuidade (cf. DCE 10, 13, 17, 22, 30).

77. Na Eucaristia, que significa ação de graças, a comunidade cristã celebra a memória da Aliança dada como Graça. A Igreja é o povo da Nova Aliança anunciada pelos profetas (cf. Jr 31,31-34; Rm 9,27s; LG 9a). Ela retoma a peregrinação do antigo Israel como seguimento de Jesus, que “despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo” (Fl 2,6; cf. LG 7e; 8c).

3.3. Igreja Povo de Deus

78. Logo no início da vida pública de Jesus, o Evangelho de Lucas mostra o que está em jogo com o projeto de Deus que ele anuncia. Esse projeto responde ao antiprojeto, ao reino do *pão não partilhado*, do *poder* que não é serviço, do *privilégio* corporativista e do *prestígio* do templo (cf. Lc 4,1ss). Diante da tentação real de reformar o mundo com as elites do mundo econômico e político-religioso, representado pelo jovem rico (cf. Mt 19,16ss) e o doutor da lei (cf. Lc 10,25ss), Jesus propõe – também nos discursos das Bem-Aventuranças (Mt 5) e do Último Juízo (Mt 25) – a transformação do mundo com novos atores.

79. Os novos “agentes do Reino” são os pobres, os outros e os que sofrem. Eles não são apenas os destinatários do projeto de Deus. São também seus protagonistas e, ao mesmo tempo, os representantes de Deus no mundo. São eleitos de todos os povos; são o Povo da Nova Aliança, são o Povo de Deus.

80. O Concílio Vaticano II retoma essa perspectiva bíblica ao descrever a Igreja como “Povo de Deus” (LG, cap. 2). A partir

da noção “Igreja Povo de Deus” podem ser ressaltadas algumas inspirações profundas para o trabalho missionário:

- 1) A fidelidade de Deus está configurada pelo cumprimento de sua promessa, desde a primeira Aliança com Noé. Deus não rompeu definitivamente com Israel; não rompeu a sua Aliança, mas a renovou através da Nova Aliança que já foi anunciada pelos profetas (cf. LG 9a). A fidelidade de Deus é a âncora da esperança para o trabalho missionário, no meio dos conflitos e lutas por terra e pão, justiça e reconhecimento.
- 2) O Povo de Deus lembra continuidade e ruptura da história de salvação entre Antiga e Nova Aliança, entre reciprocidade e gratuidade, entre o Antigo e o Novo Israel: “Como o Israel segundo a carne, que peregrinava no deserto, já é chamado Igreja de Deus (2 Esd 13,1; cf. Nm 20,4; Dt 23,1ss), assim o Novo Israel que, caminhando no presente tempo, busca a futura cidade perene (cf. Hb 13,14), também é chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16,18)” (LG 9c). Jesus não fundou uma nova religião. Dirigiu-se, originalmente, “às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10,6), onde enxertou nações novas. O judeu Jesus de Nazaré será o juiz de todo o anti-semitismo praticado no decorrer da história, mas ele será também o juiz de todas as continuidades desnecessárias através da imposição de fardos dispensáveis (cf. At 15,22-29).
- 3) A unicidade, igualdade essencial e organicidade do Povo de Deus, não é rompida pela “hierarquia” constituída por um determinado grupo de pessoas. A “Igreja Povo de Deus” é a Igreja de todos os batizados que fazem parte do sacerdócio comum (cf. LG 10). Os serviços e ministérios emergem no interior do Povo de Deus e não fora dele. São dons e tarefas através dos quais os membros do Povo de Deus prestam louvor a Deus criador e serviços à humanidade necessitada.

- 4) A especificidade da vocação e da missão distingue o Povo de Deus de outros povos étnicos ou políticos. Desses é convocado por Jesus Cristo, o “mediador da nova aliança” (Hb 12,24). O Novo Israel é o povo da Nova Aliança, é “Igreja Povo de Deus”. A especificidade e identidade não separa a “Igreja Povo de Deus” do mundo. Pelo contrário, insere a Igreja no mundo com mais força, onde presta serviços, sem identificação e sem separação.
- 5) A especificidade, sem identificação e sem separação, marca também a pastoral indigenista que se diferencia de outras pastorais junto a setores marginalizados da sociedade com as quais, porém, está estreitamente articulada. A especificidade é uma consequência da encarnação. Encarnação, na perspectiva do seguimento de Jesus, significa assunção das realidades concretas dos povos indígenas; significa vinculação, sem identificação (DP 193, 400). A identificação com os povos indígenas seria uma espécie de integração às avessas que elimina a alteridade. O rosto concreto do Verbo Encarnado é solidariedade (cf. GS 32).
- 6) Da universalidade do povo de Deus, pode-se falar porque este Novo Israel é constituído de todos os povos e nações e tem uma missão para toda a humanidade (cf. LG 13a). Essa universalidade é um corretivo contra o pluralismo relativizante da pós-modernidade e contra qualquer etnocentrismo ou racismo. A universalidade do povo de Deus aponta para o fato de que nenhuma pessoa é excluída da missão de Deus. Povo escolhido agora é toda a humanidade (cf. GS 45).
- 7) A partir dessa universalidade, a ação evangelizadora se reveste de formas múltiplas, mas nunca isoladas ou individualistas (cf. GS 32, PO 7). No interior da “Igreja Povo de Deus” haverá sempre, na unidade do Espírito Santo, uma certa comunhão de bens, de dons

e de metas. A causa dos povos indígenas nos une, internamente, e nos articula com todas as causas do Reino.

- 8) A Igreja Povo de Deus tem uma missão pública, não privada; uma missão histórica e não atemporal; uma missão profética, a serviço dos pobres; e uma missão escatológica, portanto, nunca acabada, sempre em marcha. O povo de Deus é um povo estruturalmente peregrino. Não se instala no mundo.
- 9) A subjetividade, entendida como “ser sujeito coletivamente adulto” na “Igreja Povo de Deus”, emerge como competência e responsabilidade na compreensão, formulação, prática e divulgação da fé por todos os fiéis. Particularmente para o Cimi, cuja história está marcada pela presença dos leigos e das leigas, é importante sublinhar essa responsabilidade leiga para a ação missionária não só no que se refere à construção de uma sociedade justa (cf. DCE 29), mas também à construção e expressão da verdade interna da fé e à divulgação dessa verdade a partir do “sacerdócio comum dos fiéis” (LG 10, cf. AA), com seu fundamento no batismo. “O conjunto dos fiéis, ungidos que são pela unção do Santo (cf. 1Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé” (LG 12). Existe uma responsabilidade colegiada entre todos os batizados que, como sujeitos eclesiais, têm um papel ativo na articulação, no desdobramento concreto e na propagação da fé (cf. LG 17). A missão que visa a povos adultos na fé só faz sentido a partir de fiéis adultos e livres no Espírito.
- 10) A gratuidade e os pobres são o vínculo da “Igreja Povo de Deus” com o Espírito Santo. Ele é o protagonista da missão (RM 21) pela diversidade na unidade e pela gratuidade na multiplicidade. O Espírito Santo é Deus no gesto do dom (cf. Santo Agostinho, *Trindade*

V.15.16). Ele é a lembrança viva da fundação da Igreja na festa de pentecostes, da pluralidade dos dons e das línguas na unidade do projeto do Reino; da resistência contra a lógica hegemônica do fazer, do pagar e do consumir (cf. Ef 2,8s). A gratuidade é a condição da não-violência e a possibilidade da paz, no meio de conflitos, martírios, privações e opções.

- 11) A gratuidade no Espírito exige da “Igreja Povo de Deus”, a cada dia, a conversão da lógica do mundo à lógica do Reino. A conversão e o perdão são sinais da proximidade do Reino (cf. Mt 3,2). Conversão e perdão são o canto firme da gratuidade. Conversão e perdão, partilha e gratuidade apontam para a possibilidade de um mundo para todos que é possível e já existe.
- 12) A possibilidade de um mundo para todos é simbolicamente antecipada na celebração eucarística que lembra do passo decisivo na construção do Reino, que é o passo do privilégio para a partilha. Na lógica do Reino, ao repartir o pão, este é multiplicado, e o outro, o eterno peregrino de Emaús, é reconhecido como Jesus de Nazaré (cf. Lc 24,13ss).

DESDOBRAMENTOS PASTORAIS

81. Os desdobramentos pastorais no interior da “Igreja Povo de Deus” dependem de fatores históricos, culturais e conjunturais. “Nosso serviço pastoral à vida plena dos povos indígenas exige que anunciemos Jesus Cristo e a Boa Nova do Reino de Deus, denunciemos as situações de pecado, as estruturas de morte, a violência e as injustiças internas e externas e fomentemos o diálogo intercultural, interreligioso e ecumênico” (DA 95). A “Igreja Povo de Deus” com seus múltiplos ministérios pertence à ordem dos meios, não dos fins. Ao propor a construção de “uma fraternidade universal”, ela não é movida por nenhuma ambição terrestre: “Guiada pelo Espírito Santo ela pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo” (GS 3b), que veio ao mundo “para dar testemunho da verdade” (Jo 18,37) e “para servir e não para ser servido” (Mc 10,45).

82. Também o Cimi, que é um organismo operacional desta Igreja, junto aos povos indígenas, está comprometido com múltiplos serviços em prol da causa indígena. Em sua diaconia gratuita e universal procura seguir a palavra de Jesus: “Eu estou no meio de vocês como aquele que serve!” (Lc 22,27). A partir da gratuidade constitucional do labor missionário, a prática do Cimi não visa à incorporação compensatória dos destinatários da evangelização na Igreja institucional, mas sua caminhada aberta para o Reino de Deus.

83. O “testemunho do Evangelho da graça de Deus” (At 20,24) é gratuito, universal e integral. A pastoral indigenista do Cimi se definiu sempre como gratuita, universal, integral e específica. O Cimi não defende, por exemplo, a liberdade e a

libertação dos povos indígenas à custa de outros segmentos desfavorecidos na sociedade. O Cimi toma partido, sem ser partido. O Evangelho ilumina todas as formas pessoais – no campo material, espiritual, emocional e intelectual – e todas as esferas sociais - política, econômica, sociocultural e religiosa - da vida (cf. DA 176). A missão da Igreja não pode ser reduzida ao serviço social como tampouco o serviço social dos missionários e das missionárias exige uma profunda articulação com sua mística trinitária. A possibilidade da salvação universal de todos não anula o mandato missionário dos batizados.

84. No testemunho alegre e na presença silenciosa, no diálogo paciente, na contemplação e na ação, na caridade e na luta pela justiça, no anúncio profético e libertador, sempre se trata de um desdobramento do “Evangelho da Graça”, que é ao mesmo tempo Evangelho da solidariedade. Esse Evangelho sustenta a esperança na possibilidade de um mundo para todos, e operacionaliza essa esperança na luta pela justiça num mundo injusto. “O próprio Verbo Encarnado quis participar da comunidade humana” (GS 32), tornando a encarnação o ato fundador desse Evangelho da graça e da solidariedade. A motivação profunda de toda a nossa práxis histórica vem da nossa fé em Jesus Cristo, Deus da vida.

4.1. Testemunho

85. Os delegados de Aparecida consideram “o testemunho como componente chave na vivência da fé” (DA 55). Sem mencionar explicitamente, o Documento de Aparecida lembra a *Evangelii nuntiandi*, de 1975, que resumiu essa questão com simplicidade: “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres” (EM 41). O Cimi destaca em sua ação missionária a convivência com as comunidades indígenas, embora essa não seja a única maneira de agir pastoralmente em prol da causa indígena. Numa sociedade, cujo sistema econômico está marcado pela dessolidarização com os segmentos economicamente mais frágeis e pela homogeneização das diferenças culturais, impondo

estilos uniformes de consumo e de vida, o Cimi testemunha a solidariedade com os povos indígenas e seus projetos de vida diferenciados como sinal profético na contra-mão do “senso comum”, marcado pela relação custo-benefício.

86. Em seu estilo de vida e na própria administração da entidade, os missionários e missionárias do Cimi procuram viver a vida em sua simplicidade e integridade, na luta e na contemplação; procuram viver a afetividade irmanada com a racionalidade da luta; a eficácia na loucura da gratuidade. Rejeitam os bens de um consumo privilegiado que impede a construção de um mundo para todos.

87. A convivência nas aldeias em atitude de escuta e respeito às tradições de cada povo, as visitas aos povos, a presença e as assessorias em assembléias e reuniões indígenas, o acompanhamento criterioso das políticas públicas e o grito profético na sociedade brasileira, tudo isso enriquece a dimensão humana de cada missionário e missionária e aprofunda sua fé no Deus da vida. Nossa presença solidária como nosso testemunho de vida junto aos povos indígenas têm uma dimensão ampla e ativa, sobretudo nos conflitos que envolvem a causa dos povos indígenas.

4.2. Diaconia

88. A presença testemunhal do Cimi junto aos povos indígenas e à sociedade brasileira se diferencia, a partir da fé, de serviços concretos, específicos e, muitas vezes, profissionais prestados aos povos indígenas por outros setores da sociedade.

89. É essencial para os agentes do Cimi que todos e todas, além da especialização de seu serviço, participem dos debates das demais áreas temáticas. Para favorecer a articulação entre o particular e o geral, entre o trabalho missionário de cada um e o trabalho de conjunto da entidade, o Cimi tem experimentado diferentes formas organizativas. A partir das instâncias regionais e com o apoio de formas horizontais (coordenações colegiadas,

articulações, coletivo) tem buscado a participação e animação de todos e todas para assumir a co-responsabilidade com a causa indígena.

90. O Cimi oferece aos missionários(as), povos indígenas e suas organizações assessorias nas áreas teológico-pastoral, jurídica, política, metodológica, de comunicação, saúde, educação, formação e documentação. Para isso, promove encontros de socialização e avaliação das experiências das equipes missionárias, seminários, cursos e estudos de aprofundamento, momentos de projeção de perspectivas e de planejamento do trabalho.

91. Suas equipes missionárias priorizam o espaço das aldeias para contribuir, de forma solidária, em processos de formação desenvolvidos com as comunidades indígenas. Fazem, muitas vezes, o papel de tradutores culturais, para que os indígenas possam ter uma melhor compreensão da realidade que os cerca, dos seus direitos, das políticas governamentais. Buscam, em conjunto com as comunidades, caminhos que fortaleçam seus projetos de vida para o enfrentamento dos desafios atuais, valorizando os processos educativos próprios, as medicinas e economias tradicionais e as vivências religiosas. Discutem estratégias com os povos indígenas para a retomada e garantia de suas terras.

92. O Cimi assume uma postura crítica diante das iniciativas que partem do Estado ou de particulares que visam limitar a autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios ou atentam contra o direito indígena ao usufruto exclusivo das riquezas naturais neles existentes. Apóia os processos organizativos que dão consistência às lutas e fortalecem o protagonismo indígena. Participa, junto com os índios, de instâncias de formulação de políticas públicas. Promove cursos de formação jurídica, facilita intercâmbios indígenas e soma-se como aliado às iniciativas indígenas de mobilização em defesa e pela conquista de direitos.

93. O Cimi presta também serviços de articulação, sensibilização e conscientização às sociedades brasileira e

internacional. Para esse fim, edita o *Jornal Porantim* e também a *Revista Mensageiro*, como espaços de comunicação e formação a serviço dos próprios povos indígenas. Para repercutir as lutas e as denúncias de violação dos direitos, o Cimi semanalmente divulga o informativo “O Mundo que nos Rodeia”, que circula em países dos cinco continentes – nas línguas: português, espanhol, inglês, alemão e italiano – e produz o programa de rádio *Potyró*, veiculado em várias rádios do País, além de outras iniciativas regionais. A maior parte das informações da entidade é veiculada através do seu sitio na internet: www.cimi.org.br.

94. Anualmente, durante o mês de abril, o Cimi promove a “Semana dos Povos Indígenas”, como espaço de divulgação da causa indígena, buscando transformar relações preconceituosas em atitudes de diálogo e solidariedade e afirmando que um outro mundo será possível com os povos indígenas e através deles. Para ampliar o número de aliados da causa indígena e angariar fundos para seu trabalho, o Cimi também desenvolve uma campanha permanente de apoio à sua Ação Missionária.

95. Todos os serviços do Cimi estão articulados com a luta dos povos indígenas por espaços-territórios diferenciados, onde constroem e reconstróem a sua vida. A luta pela terra é o centro simbólico e real de toda a ação evangelizadora do Cimi.

4.3. Diálogo inter-religioso e ecumênico

96. Todos os serviços que se presta ao mundo, adverte Paulo VI, em sua encíclica programática *Eccliesiam suam* (ES), de 1964, têm uma estrutura dialogal. O diálogo é, como o lava-pé de Jesus, um serviço humilde que prestamos à humanidade: “O clima do diálogo é a amizade; melhor, o serviço” (ES 49). Esse serviço do diálogo aponta para a construção de um mundo universalmente justo, fraterno e solidário (cf. DGAE, 2003-2006, n.º 128).

97. Na esteira do Vaticano II, que enriqueceu a dimensão missionária da Igreja pelo aprofundamento da dimensão do

diálogo ecumênico e inter-religioso, do diálogo intercultural, do diálogo com o mundo secularizado e com os que não crêem em Deus, também o Cimi assumiu todas essas dimensões de diálogo (cf. NA, DH, UR, DNC, DiA). Defende a diversidade dos projetos de vida dos povos indígenas, assume as Teologias Índias como ponto de partida de um diálogo inter-religioso, e admira as suas cosmologias que podem ser consideradas a alma e suas culturas (cf. DiA 45, tb. DGAE 1999-2002, n. 203ss).

98. O diálogo inter-religioso emerge como um imperativo da gratuidade e da universalidade contextualizada da ação evangelizadora do Cimi. Neste mundo que procura, a partir de mercadorias padronizadas, impor modelos culturais comuns e implantar uma economia em que a terra incorporada ao agronegócio e a vida subordinada ao bionegócio perdem toda a sua sacralidade vivencial, a chance de sobrevivência dos povos indígenas está em sua pluriculturalidade. Essa é uma forma de resistência, também contra o pluralismo pós-moderno, no qual tudo pode ser negociado e nada vale definitivamente.

99. “O diálogo em si mesmo possui seu valor. Pode ser praticado de diversas formas: a partir da vida, na cooperação em obras comuns de serviço, através do intercâmbio da experiência religiosa ou espiritual” (DGAE 1999-2002, n.º 207). Por um lado, o diálogo permite construir um consenso cada vez maior, por outro, essa construção do consenso chega sempre aos limites de uma alteridade irreduzível e misteriosa. O *outro* é um mistério contínuo, que escapa à maioria das analogias ou comparações. A diversidade do *outro* é singular. Cada redução da singularidade a denominadores comuns e da alteridade à mesmidade de um dos interlocutores representa uma forma de violência.

100. O diálogo inter-religioso só faz sentido se os interlocutores estão enraizados e compromissados com sua fé específica e são, ao mesmo tempo, capazes de respeitar as convicções alheias. Nem o fundamentalismo que procura impor a sua verdade a todos e todas nem o relativismo sem convicções habilitam para o diálogo.

101. No encontro com as mais diversas culturas, dizia João Paulo II, deve-se considerar que o Espírito “sopra onde quer” (Jo 3,8) e que a convicção de cada pessoa tem uma dignidade própria. Portanto, o diálogo inter-religioso pressupõe “respeito pela pessoa humana na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida e respeito pela ação do Espírito nessa mesma pessoa” (RM 29). Na mesma encíclica, o papa lembra o grande encontro com líderes do mundo inteiro em Assis: “Toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens” (*ibid.*) e que “é o protagonista de toda a missão eclesial” (*ibid.* 21).

102. O diálogo não tira ou relativiza as convicções, em matéria da fé, mas antes as pressupõe e as articula com as certezas e convicções dos outros. O diálogo é aquela atitude que, ao chegar aos limites de uma compreensão recíproca, estimula a passagem de discussões mais teóricas para a prática da fé. Mais importante que as lutas intermináveis pela verdade é a prática do amor maior e da justiça maior, onde um está disposto dar a vida pelo outro.

103. Os missionários e as missionárias do Cimi não procuram convencer os índios individual ou coletivamente a abandonar a sua religião. Por outro lado, quando um grupo indígena por um ou outro motivo optou ou opta pelo cristianismo, o acolhemos e apoiamos com alegria no interior de uma ampla perspectiva de autonomia e graça divina. A finalidade do diálogo inter-religioso é o intercâmbio de dons recebidos, em atitude de respeito aos planos de salvação de cada religião.

4.4. Anúncio

104. No decorrer dos 500 anos que seguiram à conquista, o cristianismo foi anunciado e implantado em todas as regiões do Brasil. Hoje questionamos os métodos dessa implantação, sem deixar de reconhecer as melhores intenções dos missionários e das missionárias daquela época. Queremos assumir os acertos do passado, sem repetir os erros.

105. O catolicismo dos povos indígenas, às vezes, não se distingue muito do catolicismo do restante do Brasil, onde é vivido em formas tradicionais e modernas, lado a lado. Encontra-se, entre os povos indígenas, um cristianismo quase paralelo à sua religião e um cristianismo mais amalgamado com expressões de sua religião. Como na religiosidade popular, no interior do País, muitas comunidades indígenas cobram da Igreja Católica apenas o batismo, uma e outra missa e a presença na festa do padroeiro.

106. Depois do Vaticano II, com seus desdobramentos pastorais em Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), surgiram bandeiras que ajudaram a transformar a antiga missão colonizadora. Hoje, o cristianismo procura apoiar a autodeterminação dos povos indígenas através de novos métodos e prioridades, como indicam as bandeiras da inculturação, da libertação e do diálogo.

107. No tempo pós-conciliar, as missionárias e os missionários construíram uma nova articulação entre os campos espiritual e material, entre o político e o religioso, entre as convicções religiosas próprias e as dos outros, na base dos mistérios e nas festas centrais do cristianismo. Na festa de Natal, por exemplo, comemora-se a encarnação do Filho de Deus entre nós, que inspirou o paradigma da *inculturação*. A festa da Páscoa aponta para o paradigma da *libertação*. A festa de Pentecostes, que comemora a fundação da Igreja, ajuda a ver melhor os aspectos do diálogo e da *gratuidade* da presença missionária e a *pluralidade* dos projetos de vida dos povos indígenas.

108. O anúncio da Boa-Nova do Reino de Deus, explícita ou implicitamente, não é uma imposição, mas uma oferta “a todos os homens e mulheres, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus” (DGAE, 1999-2002, n.º 224; EN 27). Esse anúncio está presente em todas as dimensões da atividade missionária do Cimi.

109. O discernimento sobre a hora certa desse anúncio não depende propriamente da programação dos missionários

e das missionárias, porque o anúncio não é um evento, mas se insere em um processo complexo de relação e partilha com os povos indígenas. É a convivência, a experiência histórica e a necessidade de cada povo que determinam a agenda de sua evangelização.

110. O anúncio se faz “em diálogo com a compreensão e as expectativas dos destinatários da mensagem. Por isso, diálogo e anúncio são aspectos complementares da evangelização” (DGAE, 1995-1998, n.º 224; cf. DiA 78). Os próprios povos indígenas devem ser os protagonistas desse processo. A partilha e o anúncio exigem o conhecimento profundo da língua, dos códigos e símbolos da respectiva cultura indígena como meio para que o diálogo se realize.

111. Dentro do processo de autonomia, diálogo e anúncio, a caminhada da Teologia Índia insere-se como expressão própria da partilha da experiência de Deus. Essa experiência, muitas vezes, está codificada nos mitos e ritos que são respostas aos desafios históricos de cada povo. Os processos do anúncio e da inculturação não desvalorizam essas respostas. Pelo contrário, as assumem na medida em que contribuem para o fortalecimento dos projetos dos povos indígenas e de sua identidade. Essa contribuição é um ponto de referência essencial da avaliação da prática missionária.

112. Como o diálogo inter-religioso, também a inculturação não é um instrumento sutil de substituição da religião indígena. Para os povos indígenas que pedem a evangelização, a inculturação é um instrumento de evangelização libertadora. Jesus não separou o anúncio de sinais de justiça e caridade. “Por onde andares, anunciai que o reino dos céus está próximo. Curai os doentes, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios” (Mt 10,7s).

113. A inculturação, essa tentativa de anunciar o Evangelho e transmitir a fé numa proximidade cultural com os povos indígenas, é para os que adotaram essa fé “um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto

desfigurado do mundo (cf. LG 8). Trabalho que se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte” (DSD 13). Em todas as culturas, esses “poderes da morte” e “estruturas de pecado” (*ibid.* 243) têm uma dimensão interna e externa, inclusive na Igreja Povo de Deus. Para evangelizar, ela precisa se deixar evangelizar; para anunciar o Evangelho da graça, precisa escutar o anúncio da graça de Deus no meio de seus povos; para dialogar com os povos indígenas, precisa a cada dia se tornar novamente aprendiz de diálogo nas suas próprias estruturas.

114. O Cimi está convencido de que uma leitura pós-colonial e profética do Evangelho pode contribuir para o fortalecimento do projeto dos povos indígenas, de sua identidade e capacidade de construir alianças com outros setores marginalizados da sociedade brasileira; pode contribuir para a formulação de uma ética de solidariedade além das fronteiras tribais e locais; pode contribuir para a sua confiança num futuro específico, num mundo que será para todos.

MEDIAÇÕES

115. Os métodos e os meios, os conteúdos da formação e as alianças apontam, em seu conjunto, para os fins do Cimi. Por isso haverá sempre uma simetria entre estrutura organizacional do Cimi, a escolha dos meios, a pedagogia e os conteúdos de formação e os objetivos da entidade. Se a causa indígena não pode ser acomodada no sistema do capitalismo neoliberal, também o Cimi viverá uma certa inadaptação profética junto às instituições dos aparelhos, seus instrumentos e ofertas. Se a utopia de uma sociedade plenamente democrática, igualitária e plural é o horizonte, os meios, métodos, pedagogias e articulações do Cimi exigem coerência no dia-a-dia do trabalho missionário.

116. Na vida das comunidades indígenas que fizeram, milenarmente, a opção cultural por uma vida centrada na comunhão do cotidiano com o sagrado, na sintonia do individual com o coletivo, rejeitando a constituição de classes, exploração, mercado e Estado, fragmentos dessa utopia fazem parte da vida de cada dia. Para as diferentes mediações da ação evangelizadora do Cimi, a utopia indígena está sempre presente. Na relação cotidiana não vale a eficácia de uma suposta “qualidade total”, que é concorrencial e, portanto, eliminatória, mas a excelência dos povos indígenas e a normatividade do Evangelho.

117. A mediação da salvação libertadora, segundo o ensinamento da parábola do bom Samaritano, acontece no lugar onde o Samaritano encontra aquele Outro que caiu nas mãos dos ladrões. Lugar da salvação é o lugar das vítimas. O amor a Deus e ao próximo são inseparáveis (cf. DCE 16ss). Por causa das vítimas que são encontradas no centro e na periferia do

mundo, a ação evangelizadora do Cimi é sempre contextualizada e, ao mesmo tempo, “sem fronteiras”. Para o Cimi, os povos indígenas são detentores e portadores de valores evangélicos e, portanto, são também mediadores dessa palavra. Há uma profunda reciprocidade salvífica entre os povos indígenas e a ação evangelizadora da Igreja.

5.1. Metodologia

118. Meios e métodos fazem parte da própria evangelização. No método do Cimi convergem seus objetivos, sua visão de uma nova sociedade com novos padrões de lidar com as pessoas e de possuir os bens da terra. Na sua prática cotidiana em favor da causa indígena, o método revela a nossa coerência e dá consistência ao conjunto do trabalho missionário.

119. Esse método é construído coletivamente na cotidianidade do trabalho, pelo testemunho, convivência, partilha da vida, caminhada conjunta e diálogo. O trabalho do Cimi, que é um trabalho de equipes, agradece muito à escuta e metodologia das próprias comunidades indígenas, na solução de conflitos internos e na articulação de estratégias de viabilizar seu projeto de vida. Os povos indígenas interpelam, legitimamente, teorias e práticas consagradas do Cimi.

120. A causa indígena inspira um método que implique no protagonismo dos povos indígenas, na sua emergência política e histórica como sujeitos de seus atos, como donos de seu destino. Causa e método guardam, portanto, uma relação de mútua interação, em que a busca do protagonismo está presente em cada passo do agir do Cimi.

5.2. Meios

121. O Cimi procura trabalhar com meios simples e funcionais, a serviço da causa indígena. Procura-se trabalhar com os meios disponíveis. Meios materiais e institucionais requerem uma atenção permanente para que não sejam um contra-testemunho

frente à simplicidade da vida dos povos indígenas. Trabalhar com o culturalmente disponível, no interior de uma pastoral inculturada, exige do Cimi permanentes renúncias culturais a si mesmo (cf. Mt 16,24). O Cimi procura adequar suas estruturas e encaminhamentos organizativos a uma perspectiva de serviço aos povos e comunidades indígenas.

122. Também os projetos financeiros do Cimi são elaborados nesta perspectiva de serviço inculturado, sem importância “em si”. Meios pesados tornariam o próprio Cimi pesado. O volume e a destinação dos recursos são dimensionados para dar fluidez ao trabalho e operacionalidade às lutas, mobilizações, atividades, articulações e práticas de intercâmbio, que consolidam o protagonismo de povos e comunidades indígenas.

123. O Cimi zela para colocar em todas as suas atividades os povos indígenas em primeiro lugar. Para não esmorecer nesse zelo, optou por avaliações periódicas, externas e internas. O Cimi precisa do olhar crítico de outros, sobretudo dos índios, para melhorar cada vez mais seu serviço. As mediações do Plano Pastoral do Cimi exigem organização e articulação. Toda a organização requer um cuidado especial com os meios utilizados para não ceder ao sistema, na contramão do Reino.

5.3. Formação

124. A formação de missionários e missionárias parte da prática exercida com os povos indígenas. Essa prática é orientada pelo Evangelho, é questionada, problematizada, teorizada e sistematizada. Enriquecida pelos questionamentos e teorizações de múltiplos enfoques, forja sempre novas práticas e horizontes. É uma formação enraizada na ação cotidiana numa relação dialética de enriquecimento permanente.

125. Desta forma, o elemento teórico, seja ele de ordem jurídica, antropológica ou outra, entra no processo formativo na medida em que contribui para esclarecer, questionar ou redefinir aspectos concretos da prática missionária. Ou seja, a formação

no Cimi é, fundamentalmente, processual e de caráter diaconal para o projeto dos povos indígenas.

126. Em última instância, os processos formativos no Cimi têm como referência, e principal fonte, a luta dos povos indígenas por seus territórios, suas identidades, suas culturas, pela integridade de suas comunidades e de seu modo de ser, pela realização de seus projetos de vida.

127. Preocupado em desenvolver e garantir o caráter processual e permanente da formação, o Cimi constituiu diferentes espaços onde ela atualmente se desenvolve. Criou o Curso de Formação Básica, em que os missionários e as missionárias, que iniciam seu serviço aos povos indígenas, têm a oportunidade de partilhar as suas experiências a partir de diferentes perspectivas: da teologia, da antropologia, da história, do direito e da política indigenista do Estado brasileiro.

128. Criou – e continua criando – outros espaços de formação permanente para os missionários e missionárias, como Encontros e Cursos de Atualização, nos quais estes e estas podem trazer suas novas inquietações, dúvidas e formulações; questionar e dialogar com diversas perspectivas teóricas e continuar qualificando tanto sua prática como sua capacidade teórica.

5.4. Articulação e alianças

129. O Cimi compreende o lugar das articulações e alianças em sua prática missionária a partir de sua visão teológica – Deus da Aliança e Igreja Povo de Deus – e a partir das necessidades políticas e históricas da causa indígena. Tem como referência o amplo horizonte do Reino e, como imperativo deste Reino, o horizonte de transformação da sociedade brasileira no rumo da democracia, da redistribuição dos bens e do respeito à pluralidade étnica. O Cimi constrói suas articulações e alianças com entidades e movimentos que possam fortalecer esse caminho, que é, necessariamente, um percurso longo e coletivo.

130. A ação evangelizadora do Cimi se insere na pastoral de conjunto da igreja local onde seus agentes são convocados a participar, em momentos de formação, das assembléias nas dioceses e paróquias, como também no planejamento e avaliação e em ações conjuntas. O Cimi compreende a sua pastoral não só como específica, mas também como uma pastoral de conjunto e continental.

131. Nas condições concretas do Brasil, qualquer projeto indígena só se torna politicamente viável através da articulação de alianças com setores organizados e numericamente representativos. A Pastoral do Cimi se desenvolve sempre no conjunto das pastorais e das causas populares e procura articular-se com as lutas indígenas do continente latino-americano, visando às transformações necessárias à construção de um mundo para todos. O Cimi acredita que essas transformações aconteçam através das lutas, dos conhecimentos e dos ideais próprios dos povos indígenas.

132. Todas as articulações e alianças do Cimi são construídas à base de critérios éticos e políticos que favorecem a causa indígena em sua perspectiva sociotransformadora e utópica. Por isso, existe para as articulações e alianças uma afinidade natural com os setores empobrecidos e excluídos, do campo e da cidade; com aqueles que desejam, profunda e radicalmente, destruir este sistema de opressão e de exclusão e construir uma nova sociedade, onde reine a liberdade, a solidariedade e o respeito à diversidade.

133. O Cimi, orientado pela meta, sabedoria e lógica do Reino, adota uma atitude crítica e autocrítica diante de todos os enquadramentos em sistemas, instituições, partidos e parcerias. Recusa-se, por isso, a assumir responsabilidades do Estado para com os povos indígenas, através de convênios ou de outros meios, e rejeita as chamadas alianças táticas, com atores que discordam de seus princípios e objetivos fundamentais.

CONCLUSÃO

Caminhar no Espírito, na fé e na esperança

134. As tarefas, os objetivos e as mediações do labor missionário estão intimamente articulados com a mística missionária militante de cada um e cada uma, e do Cimi como comunidade missionária a serviço dos povos indígenas. A mística “não é uma parte da vida, mas a vida inteira guiada pelo Espírito de Jesus” (MMCL 179). É um caminhar no Espírito, um caminhar pelas aldeias e estradas da vida, seguindo Jesus e construindo o Reino de Deus.

135. Nesse caminhar, ao repartir o pão de sua vida com os povos indígenas, as missionárias e os missionários fazem a experiência pascal dos discípulos de Emaús, que anunciam: Aquele que morreu está vivo! O relatório de violência que o Cimi periodicamente publica é o grito de “Y Juca Pirama: O índio, aquele que deve morrer”. Mas aquele que deveria morrer, que pagou por 500 anos “à morte o seu doloroso tributo”, está vivo.

136. Essa mística pascal é a fonte de nossa esperança. Ela revigora nosso compromisso de solidariedade nos conflitos que envolvem diariamente os povos indígenas. A mística pascal dá rumo à nossa caminhada. O Deus da Vida está no meio de nós e caminha à nossa frente. Ele inspira nosso projeto utópico, sustenta nossas práticas proféticas e transformadoras. Nele, somos capazes de ver o futuro do Reino já desabrochar entre os povos indígenas.

137. Na sua mística, o Cimi procura articular a fé missionária com as experiências espirituais dos povos indígenas que vivem a presença de Deus na criação, no cosmo e na natureza. Este Deus é para os povos indígenas não algo mítico ou apenas uma força natural. Ele é, ao mesmo tempo, um Deus que caminha na sua história, que acompanhava seus antepassados e que os acompanha hoje. É um Deus PAI e MÃE, uma realidade espiritual que se relaciona com a mãe-terra e que é vivenciada no cotidiano da comunidade. É um Deus lembrado e celebrado nos seus mitos e ritos, que falam da vida e de um futuro feliz, na Terra sem Males.

138. Ao viver o desdobramento de sua fé na luta e na contemplação da mística missionária militante, os missionários e as missionárias do Cimi se sentem muito próximos aos povos indígenas, às suas lutas e experiências espirituais. Na reciprocidade do dar e receber, muitas vezes, são os povos indígenas, os pobres e os pequenos a mão estendida de Deus para os seus missionários e suas missionárias. Muitos missionários e missionárias reaprenderam a rezar com os índios.

139. A partir da fé, com seus desdobramentos na proximidade aos povos indígenas (inculturação) e na universalidade de sua causa (libertação), os missionários e as missionárias sabem que os índios devem crescer e eles diminuir (cf. Jo 3,30). Por isso o Cimi incentiva, tanto no campo político como no campo religioso, o protagonismo missionário e uma fé adulta, como sujeitos históricos na sociedade.

140. Na luta e na contemplação, nas conversas noite adentro e na oração, de braços dados com os povos indígenas, com os pobres e excluídos, cresce a nossa própria fé. Nós acreditamos:

- na Palavra de Jesus e na força do Espírito Santo, que é o Pai dos pobres e o protagonista da missão;
- na força dos pequenos que é luz para o mundo;

- na causa dos povos indígenas e nos seus projetos de vida, na sua força histórica, na sua utopia e no seu futuro;
- em nossa missão que é gratuita, específica, integral e universal;
- na possibilidade de transformações que farão emergir um mundo novo para todos;
- em nossos companheiros e companheiras, os quais um e uma carregam o fardo do outro e da outra;
- no perdão recíproco dos companheiros e das companheiras com os quais partilhamos o ideal da causa indígena e da causa maior do Reino;
- em nós como pessoas articuladas numa comunidade missionária que é uma comunidade de interpretação e transformação do mundo;
- na luta que continua e em nossa resistência que não foi e nem será em vão.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AA	<i>Apostolicam Actuositatem</i> , Decreto sobre o Apostolado dos Leigos (18.11.1965).
AG	<i>Ad Gentes</i> , Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja (7.12.1965).
CD	<i>Christus Dominus</i> , Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja (28.10.1965).
DA	Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 2007.
DiA	Diálogo e Anúncio. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, 1991
DCE	Encíclica <i>Deus Caritas Est</i> do papa Bento XVI, 2005
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – CNBB, de 1995, 1999, 2003.
DH	<i>Dignitatis Humanae</i> , Declaração sobre a Liberdade Religiosa (7.12.1965).
DM	Documento de Medellín. 2. ^a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1968.
DNC	Diálogo com os Não-Crentes. Secretariado para os Não-Crentes, 1968.
DSD	Documento de Santo Domingo. 4. ^a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1992.
DP	Documento de Puebla. 3. ^a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1979.
EN	<i>Evangelii Nuntiandi</i> , Exortação Apostólica sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo (8.12.1975).
ES	<i>Ecclesiam Suam</i> , Encíclica do Papa Paulo VI sobre os Caminhos da Igreja (6.8.1964).
GS	<i>Gaudium et Spes</i> , Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje (7.12.1965).
LG	<i>Lumen Gentium</i> , Constituição Dogmática sobre a Igreja (21.11.1964).
MMCL	Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas. Documentos da CNBB - 62, 1999.

NA	<i>Nostra Aetate</i> , Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões não-Cristãs (28.10.1965).
OT	<i>Optatam Totius</i> , Decreto sobre a Formação Sacerdotal (28.10.1965).
PO	<i>Presbyterorum Ordinis</i> , Decreto sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros (7.12.1965).
RM	Encíclica <i>Redemptoris Missio</i> do papa João Paulo II, 1990.
UR	<i>Unitatis Redintegratio</i> , Decreto sobre o Ecumenismo (21.11.1964).

BIBLIOGRAFIA

- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *Outros 500*. Construindo uma nova história. São Paulo: Salesiana, 2001.
- DECLARAÇÃO DE BARBADOS I. Declaração do “Simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul”, Barbados, 25-30 de janeiro de 1971, em: SUESS, *Em defesa*, p. 19-26. – Tb em: PREZIA, *Caminhando*, p. 323-329.
- DECLARAÇÃO DE BARBADOS II. Impulsionado pelo Congresso Internacional de Americanistas em Paris, 1976, e organizado por Georg Grünberg, com a colaboração do Centro Antropológico de Documentação da América Latina (CADAL), realizado na Universidade das Índias Ocidentais, de 18 a 28 de julho de 1977, em: SUESS, *Em defesa*, p. 73-76.
- O RENASCER DO POVO TAPIRAPÉ. Diário das Irmãs de Jesus, de Charles de Foucauld. São Paulo: Salesiana, 2002.
- PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança*. Retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indigenista e dos 30 anos do Cimi. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.
- SANTO AGOSTINHO, *A Trindade*. 2.^a ed., São Paulo: Paulus, 1995.
- SUESS, Paulo (org.). *Em defesa dos povos indígenas*. Documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980.
- Y-JUCA-PIRAMA. O índio: aquele que deve morrer, 1973. Em: PREZIA, *Caminhando*, p. 119-145; tb. Em SUESS, *Em defesa*, p. 31-59.



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Cimi Secretariado Nacional

SDS Ed. Venâncio III salas 309 a 314
Brasília - DF - Brasil - CEP 70393-902
Tel.: (61) 2106-1650 - Fax: (61) 2106-1651
E-mail: nacional@cimi.org.br

www.cimi.org.br

REGIONAIS DO CIMI

Cimi Regional Maranhão

Rua do Pespontão 99 Centro
São Luis - MA - CEP: 65010-460
Telefax: (98) 3221-4442
E-mail: cimima@veloxmail.com.br

Cimi Regional Goiás/Tocantins

404 Norte - Alameda 25-A - Lote 69
Palmas - TO - CEP: 77006-436
Tel.: (63) 3224-3296 - Fax: (63) 3224-3219
E-mail: cimigoto@uol.com.br

Cimi Regional Sul

Rua São João 106-D, Fundos – Centro
Caixa Postal 601
Chapecó - SC - CEP: 89801-971
Telefax: (49) 3324-7555
E-mail: cimisulcoordena@desbrava.com.br

Cimi Regional Nordeste

Rua 13 de Maio, 288
Santo Amaro
Recife - PE - CEP: 50100-160
Telefax: (81) 3231-3766

Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Av. Afonso Pena, 1557 Sala 208 Bl.B
Campo Grande - MS - CEP: 79002-070
Tel.: (67) 3384-5551 - Fax: (67) 3383-5364
E-mail: cimims@terra.com.br

Cimi Regional Rondônia

R. D. Pedro II, 650 - Centro
Caixa Postal 881
Porto Velho - RO - CEP: 76801-066
Tel.: (69) 3224-6373 - Fax: (69) 3224-1460
E-mail: cimipvho@gmail.com

Cimi Regional Leste

Rua Joaquim Zenir Leite, 605
Bairro Paraíso
Belo Horizonte - MG - CEP: 30270-420
Telefax: (31) 3481-1181
E-mail: cimileste@veloxmail.com.br

Cimi Regional Norte II

Travessa Nina Ribeiro 254
Cep: 66070-350
São Braz - Caixa Postal 12086
Belém - PA - CEP: 66090-970
Tel.: (91) 32265408 - Fax: (91) 3246-7222
E-mail: cimipara@amazon.com.br

Cimi Regional Norte I

Rua Lagamar, 36
Conjunto Habitacional de Flores - Flores
Caixa Postal 3645
Manaus - AM - CEP: 69.058-801
Tel.: (92) 3238-3317 / 3238-2971
Fax: (92) 3656-6602
E-mail: ciminorte@cimi.org.br

Cimi Regional Mato Grosso

Rua dos Nambikuara, 32
Cep: 78045-010
Santa Helena - Caixa Postal 147
Cuiabá - MT - CEP: 78005-970
Tel.: (65) 3621-9095 - Fax: (65) 3621-6548
E-mail: cimimt@terra.com.br

Cimi Regional Amazônia Ocidental

Rua Rio Grande do Sul, 34
Centro - Caixa Postal 274
Rio Branco - AC - CEP: 69908-970
Tel.: (68) 3222-7495 - Fax: (68) 3222-7579
E-mail: cimiao@contilnet.com.br